



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2013

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2013, quarta-feira, às 15h, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, destinada à oitiva do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, sobre denúncias de mobilização da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência para monitorar portuários contrários à Medida Provisória nº 595/2012 – MP dos Portos.

Estiveram presentes os Srs. Deputados e Srs. Senadores membros da Comissão:

DEPUTADOS

Nelson Pellegrino

SENADORES

Eunício Oliveira

Mário Couto

Ricardo Ferraço

Estiveram presentes também os Congressistas não membros: Deputados Alex Canziani, Carlos Zarattini, Edinho Bez, Isaias Silvestre, Laercio Oliveira, Paulo Perreira, Policarpo, Roberto Santiago, Vanderlei Macris e Weliton Prado, e os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião de 2013, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Está aqui o Vice-Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal.

Quero submeter à aprovação a ata circunstanciada da 1ª Reunião, realizada no dia 10 de abril de 2013, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

Consulto o Plenário se podemos fazer a dispensa da leitura.

Não havendo quem se oponha, em discussão o conteúdo da ata.

Há algum Senador ou Deputado que queira discuti-la? (*Pausa.*)

Não havendo, em votação.

Os membros da Comissão que concordam com o conteúdo permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada.

A seguir, passamos ao objetivo desta reunião.

Esta reunião foi convocada com o objetivo de discutir o requerimento aqui aprovado na semana passada, do líder da minoria na Casa, o eminente Deputado Vanderlei Macris, que propôs um convite ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o General José Elito Carvalho Siqueira.

A ideia também era de que a reunião não se circunscrevesse apenas ao requerimento dos dois Deputados, haja vista que já havia um requerimento anteriormente aprovado, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que propunha que o General Elito viesse a esta Casa para falar sobre as prioridades da pasta este ano, sobre a integração. Portanto, nós daríamos a fala a ele e, evidentemente, entramos no tema objeto dos requerimentos dos Deputados aqui aprovados.

Eu gostaria de pedir que viesse e fizesse parte da Mesa o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o General Elito Carvalho Siqueira.

Também vamos chamar à Mesa, o Ministro se faz acompanhar aqui por ele, o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência, Dr. Wilson Roberto Trezza. Gostaríamos que ele se fizesse presente aqui também.

Também está aqui presente entre nós o Deputado Roberto Santiago, Presidente da Comissão de Trabalho, onde houve um requerimento aprovado também convidando o Ministro. Eu interagi tanto com o Deputado Roberto Santiago, como também com o Presidente da Comissão de Fiscalização, que esteve na semana passada, na quinta-feira, com o Ministro, que lá recebeu o convite, estendido aos membros da Comissão do Trabalho e também da Comissão de Fiscalização. Já está na Mesa o Presidente da Comissão de Trabalho, Deputado Roberto Santiago.

A Comissão de Fiscalização e Controle também aprovou um requerimento, hoje pela manhã, para que também participasse desta audiência conjunta.

Eu dialoguei, desde o primeiro momento, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o Senador



Ricardo Ferraço – estávamos em viagem juntos – para que o local original para que esta discussão fosse realizada fosse esta Comissão Mista aqui do Congresso Nacional. De logo ele aquiesceu, porque também a sua comissão teria competência para fazer essa audiência, sendo ele inclusive Vice Presidente da comissão. Também no mesmo sentido conversei com o Deputado Roberto Santiago e com o Presidente da Comissão de Fiscalização. E acordamos que o Ministro Chefe viria a esta audiência.

Passo a palavra ao Ministro Chefe para que possa fazer uma exposição inicial. Depois, pela ordem, nós vamos inscrever Senadores e Deputados para que possam fazer os seus questionamentos ao Ministro.

Então, Ministro, V. Ex^a tem a palavra para falar sobre a pasta e suas atribuições, porque acho que nós podemos lançar luzes sobre este debate na medida em que fiquem definidas as competências do Gabinete de Segurança Institucional, da Agência Brasileira de Informações, do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Acho que é muito importante essa discussão porque ela lançará luzes sobre o debate que a seguir faremos, como aconteceu na questão do monitoramento das atividades nos portos brasileiros.

Quero agradecer ao Ministro que, logo quando fiz contato com ele, prontamente se colocou à disposição para vir a esta Comissão e me deu explicações, como fez a outros Parlamentares, não só acerca do papel da Comissão como também, evidentemente, desse episódio. Portanto, quero agradecer ao Ministro a sua presteza. Tenho certeza de que vamos fazer uma boa reunião nesta Comissão, que foi instituída pelo Congresso Nacional para justamente fazer o monitoramento e o controle das atividades de inteligência, o que é muito importante.

Qualquer país, qualquer democracia tem seus mecanismos de inteligência para poder garantir a soberania, garantir a segurança nacional, antecipar providências por parte do Estado, mas também todos os países modernos, democráticos, têm suas comissões de controle. Isso é muito importante também.

Portanto, com muita honra, passo a palavra ao nosso Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Elito Carvalho Siqueira.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Minhas senhoras e meus senhores, muito boa tarde.

Eu não posso deixar de cumprimentar e agradecer, em especial, ao Deputado Nelson Pellegrino por esta oportunidade que estamos tendo aqui. Como ele já falou, até por suas palavras, vou mostrar um pouco como deve ser ou como está planejada a inteligência de Estado do nosso Brasil.

Eu gostaria também de agradecer a presença do Senador Ricardo Ferraço, nosso Vice-Presidente desta Comissão, e também do Sr. Deputado Roberto Santiago, Presidente da Comissão de Trabalho e Administração.

Eu estive também, na semana passada, com o nosso Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Edinho Bez, que deve chegar logo.



É um prazer estar aqui. Na pessoa dessas autoridades aqui presentes, gostaria de cumprimentar o nosso Senador e todos os que estão aqui pela oportunidade de estarmos juntos. Tentarei mostrar realmente essa inteligência de Estado do nosso País.

O objetivo maior destas primeiras palavras é, como o próprio Senador destacou, nós mostrarmos a importância absolutamente institucional da Lei nº 9.883, de 1999, que já tem quase 14 anos de existência. Essa lei, que passou três anos aqui no Congresso Nacional e foi aprovada, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência como seu órgão central. É muito interessante isso porque todos aqui devem ter algum conhecimento ou devem ter ouvido falar, mas não têm talvez o conhecimento mais aprofundado dessa Lei nº 9.883.

Eu gostaria de, numa primeira imagem, mostrar, apenas a título de informação, que nós somos um dos seis Ministérios que são órgãos essenciais da Presidência da República. Então, junto com a Casa Civil, a Secretaria-Geral, a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria de Comunicações e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, nós somos um desses seis órgãos que compõem os órgãos essenciais da Presidência da República.

Outra imagem também muito rápida. Basta ver aqueles últimos quatro retângulos da parte inferior, mostrados ali de uma forma muito sintética, para saber que são quatro as colunas que compõem o gabinete de Segurança Institucional. As três da esquerda são chefiadas por um oficial general da ativa. A primeira cuida de todo o planejamento e execução das viagens presidenciais nacionais e internacionais, chefiada por um brigadeiro da ativa. A segunda faz um acompanhamento e articulação de todos os problemas nacionais, e é chefiada por um almirante da ativa. A terceira é a Secretaria de Segurança Presidencial, responsável pela segurança pessoal em qualquer lugar do Território nacional ou internacional do Sr. Presidente, Vice-Presidente da República e seus familiares. E a nossa Agência Brasileira de Inteligência é chefiada pelo nosso Diretor-Geral que está aqui a meu lado. Então, essa é apenas uma informação para que os senhores tenham um pouco da visão estrutural do Gabinete de Segurança Institucional.

Muito bem. Eu gostaria agora, então, de focar na nossa lei, porque ela é a única referência a que temos que absolutamente nos subordinar por razões óbvias.

Essa lei, como falei aos senhores, de 1999, é muito bem feita. São 15 artigos. É uma lei de poucas folhas, mas absolutamente clara, precisa, como tinha que ser no nosso modo de ver. Não participamos dela, mas eu destaquei ali uns pequenos parágrafos, três ou quatro somente, para destacar como ela é realmente uma lei absolutamente clara.

O seu art. 1º diz por que está instituído o sistema e criada a Abin como seu órgão central. Está lá: planejamento e execução das atividades de inteligência do País e também a finalidade: fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.



No art. 2º diz ainda que o sistema é responsável por obter, analisar e disseminar informações necessárias ao processo decisório de todo o Poder Executivo.

Mais uma imagem à frente, apenas para complementarmos ainda mais. No próprio art. 3º, fica criada a Abin, órgão da Presidência da República, que, na posição de órgão central do Sisbin, terá a seu cargo: planejar, executar, coordenar etc. e etc. as atividades de inteligência do País, obedecendo à política e às diretrizes superiores.

E o art. 4º, que também é consequência, diz que, além do que consta no 3º, à Abin ainda compete planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção de análise de dados e produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República. Ainda embaixo está escrito: avaliar ameaças internas ou externas à ordem constitucional.

Não está aparecendo aí nessa imagem, por um problema técnico, uma lei de 2003, que é a Lei nº 10.683, que diz que o Gabinete de Segurança Institucional, no caso nós, somos responsáveis pela coordenação da inteligência federal. Então esses três ou quatro artigos e essa lei que ali não está projetada é que complementam essas ações.

Muito bem, então vamos tratar do sistema. Vamos prosseguir.

Pode passar.

O sistema, como os senhores já ouviram falar, está instituído desde 1999. Hoje tem cerca de 30 órgãos e 15 ministérios. E os Ministérios da Defesa e da Justiça, por razões óbvias, assim como o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o Censipan, o Ministério da Defesa propriamente dito e o Ministério da Justiça, com a sua Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, ilícitos, etc e etc., são os órgãos que têm maiores representantes.

A Abin possui na sua estrutura, como órgão central, um departamento de integração, como está ali, um centro de integração. É uma ala semelhante a esta aqui, onde há um auditório no qual se reúnem regularmente, com cerca de mais de uma dezena de salas semelhantes à que vai ser mostrada – pode projetar –, diariamente, há cinco anos, desde 2008, reúnem-se e trabalham, como se fosse nos seus órgãos, representantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Saúde, da Anvisa, etc. e etc., que são órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Pode voltar.

Outra coisa também interessante, que vale a pena destacar aqui, é que o sistema tem capilaridade. Então, nós temos superintendências do órgão central nos 26 Estados do País, assim como temos também representações de vários órgãos em todos os 26 Estados, assim como o Exército, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura. Enfim, nós temos os SISBINs regionais todos os dias trabalhando no que manda a lei. Há dois anos estamos fazendo isso e, há cinco



ou oito anos, estão instalados, antes mesmo de nós assumirmos o gabinete. Então isto é interessante: a capilaridade do sistema.

Para esses centros de integração convergem diuturnamente informações de interesse nacional, que são, como os senhores vão ver mais adiante, levantadas e analisadas pelos órgãos que compõem o sistema, mais uma vez, Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde e etc.

Os senhores vão ver por que são informações estratégicas.

Mais adiante, pode prosseguir.

Bom, coloquei isto aqui apenas porque é uma coisa muito importante, fundamental: o sistema, como está previsto na lei, trata de assuntos de interesse nacional. As Operações Ágata, por exemplo, já estamos na sexta, começando a sétima no mês que vem, são operações impostas pelo Governo Federal de presença na fronteira. Essas operações, desde 2011, estão sendo executadas e, como os senhores estão vendo, isso é apenas uma curiosidade, e não detalhamento de nada, nós temos um centro de inteligência nacional, um centro de integração nacional em Brasília e centros de integrações regionais onde forem necessários. Esse é apenas exemplo passado.

Eu vou mostrar aos senhores o futuro. Esta semana, estão se iniciando as operações de inteligência da Ágata que precedem a Copa das Confederações, desde o Oiapoque ao Chuí, de todos os órgãos: Exército, Marinha, Aeronáutica, mais uma vez, Polícia Federal, Ibama, todos trabalhando em proveito de uma presença de Estado na fronteira. Isso aqui não é criado aleatoriamente ou instantaneamente. Já existe e, de acordo com o objetivo de uma operação imposta pelo Estado, é desdobrado nas áreas em que os planos de segurança da defesa ou da justiça determinam, como vai acontecer agora e mais adiante eu vou mostrar aqui outro exemplo já passado, que é a nossa Rio+20.

Análises de risco. Meus senhores, só para terem uma ideia, para a Copa das Confederações, já foram produzidas cerca de 60 análises de risco, mandadas para todos os governos estaduais onde vai haver evento da Copa das Confederações e para todos os Ministérios diretamente envolvidos, dispondo sobre a análise de risco de delegações, dos hotéis, dos aeroportos, dos trajetos etc. Inclusive, a própria escolha da Rio+20 no Rio Centro, na Barra teve uma preponderância de análise de risco e a decisão final dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente. Um outro local seria a Praça 15, ali perto do elevado, mas aquele local, como foi demonstrado tecnicamente, poderia comprometer aquele grande evento. Então, na Rio+20, só para os senhores terem uma ideia, aquele centro de inteligência nacional e regional também foi ativado. Eu vou mostrar até imagens da época. Esse centro de inteligência nacional é aquela mesma sala onde os senhores viram aquela mesa em U. Ela foi adaptada aqui com 24 horas por 7, ou seja, diariamente, dia e noite, 24 horas. E aqui em Brasília tinha representantes.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Peço para fazer uma interrupção para chamar à Mesa o Deputado Edinho Bez, que é o Presidente da Comissão de Fiscalização.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Claro.

Complementando – inclusive, o nosso Deputado Edinho já viu um pouco dessa nossa explanação, mas ela é fundamental para esse público alvo aqui também –, aqui estava o centro de inteligência em Brasília para a Rio+20; e a próxima imagem é do centro de inteligência regional, no Rio de Janeiro. Inclusive, o Ministro da Defesa e o Ministro Cardozo estiveram lá. E aqui há representantes de todos trabalhando.

A seguinte imagem é apenas para ilustrar. É o centro de operações de segurança, onde o Ministério da Defesa e Justiça tinham a responsabilidade total. Aqui, inclusive, estamos visitando esse local – essa imagem é do centro de inteligência regional do Rio de Janeiro, que funciona 24 horas aqui. Então, há elementos da inteligência nessa sala, como há elementos da segurança naquela imagem anterior, do centro de inteligência. Então, é um exemplo real do que vamos fazer também agora, na Copa das Confederações.

O seguinte, por favor.

Na Copa das Confederações, nós vamos ter o centro de inteligência nacional, em Brasília, e cinco centros, porque Brasília é um centro regional e nacional ao mesmo tempo, porque haverá o jogo de abertura aqui. Mas estão nas cinco capitais também. Nós já fomos pessoalmente às cinco capitais. Conversamos com o plano de segurança da Segurança Pública; com o plano de defesa do Ministério de Defesa; com os órgãos; com os senhores governadores de Estado, justamente para que o trabalho integrado de todos dê o resultado que o País realmente precisa ter nesses grandes eventos.

Seguinte.

Também já temos aqui várias análises de risco. E menos de 30 dias depois da Copa das Confederações, nós vamos ter, no Rio de Janeiro, a Jornada Mundial da Juventude, e a estrutura que vai ser exercitada nos jogos das Confederações certamente vai ser utilizada, com os devidos ajustes, na Jornada Mundial da Juventude. Há uma previsão de mais de três milhões de pessoas nesse evento.

O seguinte.

Também com a FIFA já estamos em reuniões preliminares. Em vez de 5 centros de inteligência regionais, nós vamos ter 12, absolutamente integrados também aos 12 centros de segurança pública do Ministério da Justiça e aos centros de defesa do Ministério da Defesa. Não há nada atuando isoladamente. Isso é em proveito deles.

E há ainda a Olimpíada. Semana passada mesmo, tivemos duas reuniões com vários órgãos, não de inteligência, mas que envolvem tudo: segurança, inteligência, saúde etc., coordenados pelo Ministro dos Esportes. E nós já estamos participando de trabalhos preliminares visando à Olimpíada de 2016.



Então, essas são observações muito interessantes para que os senhores saibam que nós não podemos improvisar. Nós temos que estar continuamente observando todo o País e, quando necessário, concentrar esforços para um determinado evento. E isso se faz naturalmente.

O seguinte.

Bem, meus senhores, então, como fazemos isso? Essa imagem sintetiza algumas ideias que eu gostaria aqui de destacar. Como é que fazemos isso como sistema e, tendo a Abin como seu órgão central, como fazemos isso diuturnamente? Como criar uma base de trabalho para todos os órgãos em todo esse gigante Brasil?

O que nós fizemos – e está indo muito bem – foi centenas de temas estratégicos e importantes deste País convergirem em meia dúzia de temas institucionais, que é como nós os chamamos. Então, na área da segurança internacional, estão a fronteira, as operações de paz, ajuda humanitária etc. Na área da saúde, está tudo aquilo que pode acarretar problemas para o País na área humana, na área vegetal, na área animal. Na área de insegurança da sociedade, estão todos os problemas de questões indígenas, questões fundiárias, de quilombolas etc., etc., que podem afetar o País. Na segurança ambiental, estão todas as áreas de problemas ambientais naturais, de problemas de desastres que podem realmente parar um país. Os senhores mesmo estão vendo que já, há um ano e meio, estamos, em oito Estados da Federação, com uma seca impressionante que há dois anos nós acompanhamos.

Até abro um parêntese: a seca do Nordeste e a própria enchente da Amazônia já têm quase dois anos, e agora começaram as cheias. Daqui a um mês ou um mês e pouco, teremos o pico de cheia na área amazônica, mas, por sorte, já sabemos que será menor que a do ano passado.

Então, com relação à seca do Nordeste e a cheia da Amazônia, do ano passado, a antecipação e a integração das informações permitiram ao Governo tomar medidas oportunas e que realmente suavizaram a pior seca dos últimos anos naquela área. O senhor, que é da Bahia, sabe muito bem, e eu também, que sou de Sergipe, o que é aquela situação. Então, graças às informações oportunas e de Estado, o Estado pôde tomar medidas, inclusive nas cheias, no ano passado, que suavizaram bastante o efeito daquelas duas situações catastróficas que temos sempre na área do Nordeste e na área amazônica.

Na área da segurança pública, estamos vendo todo o problema das estruturas federais, estaduais, municipais, sistema prisional e uma série de outros detalhes.

E na segurança das estruturas estratégicas, como também em todo o País, a inteligência de Estado é o carro-chefe, há mais ou menos umas 300 estruturas estratégicas que nós acompanhamos neste País, seja de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, hidrelétricas, sistemas de transmissão, obras do PAC essenciais, estratégicas etc.



Então, fazemos que esse sistema de inteligência diuturnamente acompanhe, avalie, informe qualquer coisa que possa acontecer, que possa causar um problema institucional no País. É isso que nós alimentamos e produzimos diariamente para termos sempre uma antecipação e uma informação oportuna para os órgãos decisores, a fim de que possam tomar medidas necessárias e adequadas. Esse é o grande objetivo, e é assim que trabalhamos.

Hoje, no Acre, no Maranhão, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Mato Grosso, aqueles órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência com os superintendentes da Agência Brasileira de Inteligência lá se reúnem periodicamente para saber como estão os problemas que podem causar situações institucionais no País. E é mão dupla esse processo também. Fui pessoalmente, eu e meu secretário-executivo, a todos os governadores de Estado, desde 2011, mostrar a eles o quanto é importante ao Estado e ao País esse conhecimento. Os secretários de segurança pública participam ativamente e presencialmente de todas essas reuniões. Há uma troca de informações de interesse mútuo permanente para o bem de todos.

O sistema tem atuado de uma forma bastante institucional e, como falei no início, absolutamente em cima do que preconiza a sua lei.

Bom, eu acho que seria isso, até para não me alongar muito e responder às perguntas. Acho que o objetivo maior era mostrar aos senhores que o sistema, a Abin e o GSI têm realmente essa lei, esse guarda-chuva que permite, como em qualquer país, produzirmos uma inteligência de Estado para o Estado. É isso que estamos tentando fazer. É um processo dinâmico, o País é gigantesco, com áreas muito heterogêneas. É um desafio para todos nós e responsabilidade de todos nós.

Eu gostaria também de aproveitar a ocasião, e acho que isso seria muito válido, para, a critério dos senhores, convidá-los para, quando desejarem, fazerem uma visita à Agência Brasileira de Inteligência. Ela está aqui muito próxima, perto da Polícia Federal. É uma estrutura muito importante, tem um recurso humano muito competente, e seria muito interessante que os senhores vissem fisicamente como funciona diariamente. Vão lá ver, representantes dos órgãos, presentes, como as informações chegam e voltam. Fica o convite estendido a todos para que conheçam realmente esse órgão central que tem essa missão institucional muito importante.

Eu creio que com isso eu concluo.

Há alguma coisa que eu possa acrescentar? Está tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Apenas, Ministro, V. Exª podia adentrar também o assunto seguinte...

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – ... que é o episódio, não sei se de uma ordem de serviço ou de uma ordem de emissão que foi expedida e divulgada amplamente pelos jornais, referente ao monitoramento do que aconteceu em relação aos portos. É importante.



O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Eu inclusive tinha colocado aqui, se puder dizer – já que o Deputado pediu para fazermos isso, e, claro, é um foco interessante de todos, nós fomos bastante incisivos, e não podíamos deixar de ser –, que o que aconteceu na publicação da reportagem realmente não diz isso que nós acabamos de falar.

A primeira reportagem, que os senhores conhecem muito bem – antes de ir à segunda, porque é a que trata do documento –, dizia, textualmente, em outras palavras, posso não ter as palavras exatas, que o Governo tinha determinado à Abin infiltração no Porto de Suape para acompanhar movimento sindical, etc., etc., etc. Esta notícia não é verdadeira e, por isso, teve aquela resposta absolutamente correta. Cinco ou seis dias depois, surgiu aquele documento, que foi mostrado, também, parcialmente, pela imprensa, que dizia que nós não tínhamos falado a verdade sobre aquela primeira notícia. Não, não está correto; falamos integralmente a verdade. E nesse documento, na verdade, é um memorando circular de rotina técnica de inteligência, os senhores vão ver a primeira coisa que caracteriza a verdade da informação do gabinete. Estou com ele aqui. Infelizmente, por problemas técnicos, não pude mostrar ali, mas não há problema nenhum, porque a primeira página foi mostrada em toda a imprensa. Se os senhores olharem, vão ver que esse documento está difundido para 15 Estados da Federação.

Nós temos 21 portos, que acompanhamos diariamente, há anos, em todo o País. Desses 21 portos, 11 são mais importantes e, naquela época, 4 se destacavam, que seriam: Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro e Itaguaí. Neste documento aqui não há uma palavra sobre Suape, nenhuma palavra.

Como os jornais não informaram, a segunda página, que é muito curtiinha, peço permissão para ler integralmente, aliás, as duas que as senhoras e os senhores viram, que diziam assim... Nesta primeira parte, faço um parêntese interessante, porque está escrito aqui “elementos disponíveis”. Isso aqui é apenas uma síntese do que toda a imprensa nacional já comentava, não tem nenhuma informação aqui de inteligência. Está aqui – isso era do dia 13 – que dia 19 poderia haver uma parada em todos os portos do País. Essa era uma reportagem em todos os canais de rádio e televisão e jornais. Dizia aqui – isso era um memorando circular a todos os 15 Estados – que deveriam informar a disposição da categoria em promover ações grevistas no Estado nos próximos dias e apontar eventual apoio à mobilização dos portuários por parte de outras categorias, a exemplo de transportadores de cargas, caminhoneiros.

O que os senhores e as senhoras não viram, apenas três, quatro linhas a seguir, é que pedia para identificar as principais demandas por parte de empresários e de trabalhadores do setor portuário no Estado; informar, se possível, medidas governamentais e legais que podem ser elaboradas para minimizar os efeitos prejudiciais de eventual paralisação nos portos e, no dia 19 de março, informar, impreterivelmente – isso era dia 13 –, até as 8 horas, se há ou não paralisação, e outros conhecimentos julgados úteis.



Então, por isso também, meus senhores e minhas senhoras, a segunda resposta ela também é obrigada a negar, porque esse documento, que dizem que contradiz uma informação anterior do GSI, absolutamente não contradiz. Mostra absolutamente a preocupação, que não podíamos deixar de ter, e todos os ministérios, direta e indiretamente envolvidos, estavam tendo, de uma provável paralisação total nos portos deste País. Os senhores e as senhoras podem imaginar as consequências que teríamos. O objetivo, naquela oportunidade, era alertar essas autoridades para tomarem ou não medidas preventivas para evitar um caos maior no País, se acontecesse a greve.

Então, sob o aspecto desse documento, isso é muito importante aqui destacar, continuamos absolutamente ratificando as nossas informações nas duas mensagens informadas em resposta à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Agradeço ao Ministro.

Passo a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão e também Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nossos convidados, em especial o General Elito, faço algumas questões, Sr. Ministro, relacionadas não apenas à questão conjuntural, mas também à questão estrutural do sistema de inteligência do Estado brasileiro, porque eu não posso conceber um sistema de inteligência que esteja submetido a este ou àquele Governo, mas ao Estado brasileiro, na expressão clássica da palavra.

A atividade da inteligência civil no Brasil não é recente, é de 1929, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional. O primeiro esforço do Estado brasileiro nessa direção vem lá de trás. Evidentemente, ao longo desses anos, passou por circunstâncias absolutamente atípicas. Trabalhar com o tema da inteligência me parece, ainda, em nosso País, um tema que vem carregado, acompanhado de determinado preconceito, porque, durante o regime militar, evidentemente, houve excessos e isso, de certa forma, gerou dúvidas e incertezas a respeito do limite e da fronteira da ação da inteligência.

A pergunta que faço a V. Ex^a é a seguinte, meu caro Ministro: V. Ex^a considera incompatível o serviço de inteligência com o regime democrático?

Na questão conjuntural, em razão dessa atividade desenvolvida nos portos brasileiros, quais foram os resultados obtidos, quais foram os fatos efetivos que o sistema de inteligência nacional conseguiu apurar, em razão dessa ação desencadeada, não apenas no Porto de Suape, mas em outros 20 portos, sobretudo os 11 portos que concentram o maior nível de atividade da economia brasileira?

Como V. Ex^a percebe a relevância da atividade de inteligência para a nossa democracia no estágio em que estamos? V. Ex^a vem de uma longa carreira, foi inclusive Comandante das Forças de Paz do nosso País no Haiti, viveu e



passou por experiências, não chegou aonde chegou por outra razão senão mérito, esforço e trabalho. Então, eu gostaria que V. Ex^a discorresse sobre a relevância do serviço de inteligência numa democracia como a nossa, como a democracia brasileira.

Também pergunto a V. Ex^a sobre a importância da Política Nacional de Inteligência, prevista no art. 5º da Lei nº 9.883, que V. Ex^a abordou, e a importância e a relevância do nosso PNI. O Congresso brasileiro já se posicionou sobre o Plano Nacional de Inteligência, que é a espinha dorsal da estratégia e da política, mas, até então, salvo melhor juízo, o Poder Executivo ainda não promulgou, não consolidou, não publicou essa política debatida no Congresso Nacional. A pergunta que faço a V. Ex^a é: qual a razão de tanta demora? Porque isso me parece ser uma ferramenta absolutamente necessária para a condução dos trabalhos e das ações do sistema de inteligência em nosso País.

Sr. Presidente, por ora são essas as questões que eu gostaria de submeter a S. Ex^a o nosso Ministro do Gabinete Institucional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Tem a palavra o Ministro.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Eu lhe agradeço imensamente e não poderia haver melhores colocações aqui, porque certamente, na nossa apresentação, deixamos de destacar alguns aspectos realmente essenciais. Agradeço a lembrança, mas, premido pelo tempo, não podíamos abranger tudo.

Agradeço muito falar da inteligência de Estado da forma como o Sr. Senador aqui falou. Eu estudei em Londres, Inglaterra, e, à época, quando ainda tínhamos Otan e Pacto de Varsóvia, eu era um jovem tenente-coronel, antes do muro de Berlim cair, em 1989, eu fazia o curso em 1988, um curso de doutorado na área militar. Nós comentávamos, àquela época, que todo o planejamento de Estado do Reino Unido era em cima de uma inteligência de Estado. Foi a primeira vez que me chamou muito a atenção o aspecto de inteligência, porque, até aquela época, nós éramos uma área mais operacional. A Inglaterra tem uma tradição de preservar, é um patrimônio pequeno, uma ilha, e, à época, havia muito problema com o IRA, etc., mas todo o planejamento estratégico do país era baseado em inteligência de Estado.

Eu diria também, até faço essas colocações quando reúno o sistema, conforme falei aos senhores e senhoras, que eu fui pessoalmente a todos os Estados da Federação para reunir os sistemas regionais e mostrar como deveríamos trabalhar, etc., etc. – isso há dois anos –, e, dentre as colocações que eu fazia, Senador, estava esta que vou lhe dizer.

Eu passei dois anos no Ministério da Defesa, como Chefe do Estado-Maior de Defesa e Chefe de Preparo e Emprego, e eu dizia, eu tinha uma transparência em mão dupla que dizia isso, que defesa e desenvolvimento são duas coisas inseparáveis. Defesa não é um problema militar, defesa é um problema de qualquer cidadão de um país. E não há defesa sem desenvolvimento



e vice-versa. Eu uso essa simbologia desde que estou como Ministro do Gabinete de Segurança, uso essa mesma imagem para caracterizar inteligência de Estado e democracia. Aí é que está a absoluta e fundamental necessidade, pois a inteligência de Estado só é realmente efetiva numa democracia. Eu até comentava, por exemplo – porque a gente, quando fala em inteligência, por uma razão até cultural, vai até uma área policial, criminal, investigativa, e não é esta a inteligência que temos aqui e pela qual somos responsáveis –, o que seria uma Vale do Rio Doce sem inteligência? O que seria uma Petrobras sem inteligência? O planejamento, meus senhores, a prospectiva é inteligência. Então, a inteligência de Estado é esse foco fundamental para qualquer Estado democrático de direito. E, se os senhores observarem o mundo, os grandes países democráticos valorizam, na razão direta, a sua inteligência de Estado.

Então, agradeço muito a sua pergunta, porque ela vem corroborar a nossa crença de que, quanto mais nítido temos o nosso País no caminho da nossa democracia, mais necessário ainda é que a nossa inteligência de Estado seja mais efetiva.

O senhor também perguntou sobre resultados, sobre o problema dos portos. A inteligência de Estado não visa a resultados físicos, materiais. A inteligência de Estado visa a prospectiva, antecipar alguma coisa. Inteligência que visa a resultados são as inteligências operativas, investigativas, etc., que têm que chegar a uma conclusão, etc. A inteligência de Estado não está com esse foco.

Então, hoje nós estamos acompanhando essas centenas de problemas do País não porque são problemas. Inclusive, até outra curiosidade: nós acompanhamos temas no Brasil em relação aos quais, há cinco, dez anos, não acontece nada. Ótimo! Mas nós acompanhamos todos os dias.

Então, quando nós estamos vendo Itaipu, que é um cenário que temos que acompanhar, como estamos vendo Belo Monte, como estamos vendo uma estrada, a ferrovia que ainda vai ser construída, como vemos o problema de queimadas no Mato Grosso, como vemos o problema de queimadas no Pará, como vemos um problema fundiário em algum lugar, como vemos o problema nuclear, tudo isso está sendo acompanhado visando preservar isso para que o País possa continuar na sua rota ascendente que todos queremos.

Portanto, não há essa ideia de um resultado físico, material. Pelo contrário, é um trabalho anônimo, é um trabalho diuturno, é um trabalho visando a uma assessoria oportuna para aquelas autoridades decisoras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Mas a que constatação chegaram essas operações? Elas, de fato, colocaram em risco interesses estratégicos da nação brasileira.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Sobre o problema dos portos, especificamente, já que é o assunto, na verdade, os portos, como eu disse anteriormente, como os aeroportos, estão sendo acompanhados diariamente, há vários anos. Quando aconteceu a previsão de parada dos portos, vários ministérios se reuniram. Nós também. E perguntamos: “Olhe, o que pode acontecer? O que podemos fazer?” Tivemos reuniões com o Ministro dos Portos,



discutimos os problemas que podia haver, em que podiam ser ajudados, que providências adotar. Os órgãos de segurança pública e todo o Ministério da Justiça estavam envolvidos. Este é o trabalho da Inteligência do Estado: alertar, chegar a conclusões, a ações. Por sorte, todos chegaram a um acordo, não tivemos um problema pior e continuamos as nossas ações legais, institucionais de continuar observando as estradas, os portos, os aeroportos, as cenas de transmissão, como eu disse, a seca, a cheia, as terras indígenas, garimpos. Agora mesmo os senhores acompanham pelos jornais que nós estamos com um trabalho integrado do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, do MPOG, lá naquele trabalho de levantamento da flora e fauna para uma futura hidrelétrica no Rio Tapajós.

Então, foi feito isso aí. A Inteligência toda está ali integrada, procurando fornecer informações adequadas, etc., todos os órgãos que a compõem, como os senhores viram na Rio+20, como os senhores vão ver na Copa das Confederações. Todos os órgãos, ao invés de estarmos todos trabalhando, como temos que trabalhar... Por exemplo, a inteligência do Exército, claro que está trabalhando em proveito do Exército. A inteligência da Polícia Federal está trabalhando em proveito da Polícia Federal. Mas, como sistema imposto por lei, ela trabalha em cima dos temas institucionais do País. Então, a capacitação deles só ajuda.

Eu sempre digo também que, por exemplo, uma informação, meus senhores, do Ministério da Saúde, que é do Sistema Brasileiro de Inteligência, de um problema de febre aftosa na fronteira pode ocasionar um problema seriíssimo no País. Portanto, o Ministério da Saúde, ao dar uma informação técnica, torna essa informação institucional, o que pode causar uma consequência para o País. É esse o trabalho. O resultado, pois, é nesse sentido, Senador.

Foi muito bom o senhor ter lembrado a Política Nacional de Inteligência. A Política Nacional de Inteligência eu conheci quando cheguei ao Ministério. É um trabalho excepcionalmente benfeito por cerca de dez Ministérios, durante quase dois anos. Aprovada ainda no final do Governo do Presidente Lula, ela está conosco. A Presidenta já tem ciência. Já foi levada em mãos ao Presidente Lula, pelo Presidente Sarney, na época, porque a própria lei impõe o controle externo da atividade de Inteligência ao Congresso Nacional. Passou quase um ano aqui, no Congresso, essa Política Nacional de Inteligência a que o senhor fez referência. Está lá e acreditamos que, a curto ou médio prazo, a Srª Presidenta vai sancionar. É a primeira Política Nacional de Inteligência do Brasil. Como o senhor realmente destacou, é um grande objetivo. Ali constam as diretrizes do País, os pressupostos. Enfim, todos temos que estar sob o manto dessa Política Nacional de Inteligência.

Agradeço, até porque não pude falar disso e é um assunto que certamente, a curto ou médio prazo, a Srª Presidenta deverá sancionar.

Muito obrigado pela oportunidade de poder estender um pouco mais as minhas considerações.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Vou passar a palavra ao Deputado Roberto Santiago, que é o Presidente da Comissão de Trabalho, depois ao Deputado Aníbal Gomes. Posteriormente, o primeiro inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Muito obrigado, Deputado Nelson Pellegrino, Presidente desta Comissão. Saúdo o Senador Ferraço, nosso Vice-Presidente; o nosso Presidente Edinho Bez, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e também o nosso General José Elito.

Quero destacar que, da parte da nossa comissão, o motivo de convite a V. Exª foi – e isso foi muito debatido – justamente a questão dos portos no Brasil. Houve um debate muito extenso por conta daquilo que o País já viveu e, em especial, o movimento sindical brasileiro. Esta Casa não pode e jamais vai permitir que aquele momento sombrio e ruim possa ter qualquer tipo de insinuação no sentido de estarem investigando a movimentação de dirigentes sindicais de trabalhadores no porto ou fora do porto em qualquer circunstância. E aí, General, há alguns detalhes.

Eu fiquei atento à fala de V. Exª com referência ao porto. V. Exª repetiu há pouco que o monitoramento é normal e diário. Ele é cotidiano há vários anos. E, no documento a que V. Exª agora mesmo fez referência, por conta de que apenas uma parte dele está exposta na mídia, e o restante, quando fala dos operadores, não consta aqui, algo nos causou estranheza. Se há um movimento diário, um movimento constante dentro do porto de busca de informações estratégicas, com o que, aliás – queremos abrir um parêntese aqui –, nós somos amplamente favoráveis, é lógico que um governo tem que ter informação. Imagine. Nós, como Parlamentares, temos, por exemplo, uma vida empresarial, e temos que ter informação evidentemente. As informações, inclusive, do movimento nos portos são públicas, são veiculadas pela imprensa todos os dias. Mas aí eu insisto: se há um monitoramento cotidiano e normal da Abin, há aqui a Ordem de Admissão 02282105, que fala sobre a MP dos portos e ressalta a investigação sobre dirigentes sindicais ligados à Força Sindical que pretendem promover paralisação nacional de 24 horas, no dia 19 de março de 2013, em protesto contra a alegada protelação nas negociações da medida provisória. E depois também, na letra D, diz que a CUT pode participar e pede que se faça um levantamento sobre possíveis outras entidades que possam ajudar na movimentação dos portos. Agora se não há – e aí é minha dúvida – nenhuma ação engendrada no sentido de buscar fiscalização, de buscar investigação de dirigentes sindicais e trabalhadores, se é uma coisa cotidiana, por que é que existe esse documento determinando que se faça, em especial, da Força Sindical? Aí me parece que há aqui, neste momento, uma informação que não bate. Se é cotidiano, eu estou lá, qualquer movimentação de qualquer entidade de qualquer central sindical, de qualquer trabalhador, os agentes da Abin verificam e passam.

Então, isto aqui é uma busca pontual de informação. Foge à regra daquilo que V. Exª ponderou aqui, tratando, claro, porque existe uma ordem de



serviço, com excepcionalidade. Essa é a nossa preocupação. Quantas excepcionalidades nós já tivemos no País por conta de movimentação de greve? Isso nos preocupa muito, General, porque, num caso em que há, repito, um debate público – o Deputado Paulinho acabou de vir; eu também estava na comissão dos portos, da MP dos portos para discutir a negociação com o Governo –, isso cotidianamente é discutido.

Vamos ter assembleia amanhã de todas as entidades portuárias para decidir, quanto ao que foi lido, o relatório, se vai haver o movimento de greve ou não. Quer dizer, necessariamente, o jornalista – e vários jornalistas estão aqui – tem essa informação a todo o momento de quando é a greve, quem vai fazer e como vai fazer.

Então, quando se trata dessa excepcionalidade, quero ater-me a isso, a excepcionalidade nos preocupa.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a se, em algum outro momento de greve de metrô, de ônibus, de avião, existiu uma ação da Abin no sentido de buscar informação.

E uma coisa que também me deixou surpreso foi quando V. Ex^a disse que também faz parte do processo de investigação, de levantamento de dados, de informações proporcionar ao governo propostas de negociação coletiva. O senhor disse que pode ajudar a formular alguma ação, alguma proposta no sentido de ajudar no problema que vem ocorrendo pontualmente.

Então, a minha pergunta é especificamente nesse sentido, general.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Agradeço e peço que repita algumas coisas. Eu realmente não falei, em nenhum momento, sobre negociação coletiva. Se falei... Realmente eu não falei.

E, já que o senhor tocou no aspecto do documento mais uma vez, eu neguei isso que o senhor falou. Apenas disse que esse número um, que agora me parece que está projetado – você pode projetar, por favor, a página 1, apenas para destacar mais ainda –, apesar de não ter uma leitura muito clara, mas toda essa parte aqui, à qual o senhor fez referência agora, Deputado, não é, como eu disse anteriormente, absolutamente informação de inteligência. Tudo o que está aqui era o que estava noticiado e por isso se chamam informações ou elementos disponíveis. O que está solicitado – para atender a sua indagação – é aquilo que eu li do número um ao número cinco e ali aparece o um e o dois. Diz ali: “Informar disposição da categoria em promover ações grevistas, apontar eventual apoio à mobilização dos portuários por parte dos transportadores de carga, identificar as principais demandas dos empresários e dos trabalhadores que possam auxiliar, informar, se possível – aí, sim –, medidas governamentais...”

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Aí está a negociação coletiva, General.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Não, não, não.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Não está explícito. Está implícito.



O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Identificar as principais demandas por parte dos empresários e dos trabalhadores do setor portuário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Não, não. Acabou. Ponto. É ponto.

Você pode passar à segunda página, por favor.

Aqui: identificar as principais demandas por parte de empresários e trabalhadores do setor portuário no Estado. Isso é o que está ali. Segundo, que é aquela que eu tentei destacar: informar, se possível, medidas governamentais e legais que podem ser elaboradas para minimizar os efeitos prejudiciais da eventual paralisação dos portos.

Então, tentando responder de forma ainda mais clara, não há essa ideia realmente.

Outra coisa é a seguinte: o nosso acompanhamento é de temas; não é de pessoas, indivíduos. Eu vou dar um exemplo claro e diferente, de terra indígena, para não fugir um pouco do assunto, ou do setor energético ou do setor nuclear. Quando nós falamos sobre isso como um tema de inteligência de Estado, na terra indígena, há tráfico de drogas, garimpo, desmatamento, o problema de saúde dos índios, da educação. Então, a análise de inteligência de Estado não é absolutamente em cima de pontos ou de indivíduos ou de instituições. Ela é uma análise que visa a uma assessoria. Ela não visa investigar ninguém, não visa definir. Para isso, há outros órgãos – não é a Abin, nem o GSI – que, por competência legal, têm essa atribuição, como são as polícias dos Estados, os governadores de Estados, a Polícia Federal, que tem o seu poder legal, a Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos, como Ibama, Funai, etc.

Logo, quando eu falo aqui, eu não falo Abin, eu procuro falar da lei, porque a lei, na verdade – e o senhor ouviu ali claramente –, se não houvesse o Sisbin, não haveria a Abin. Isso é uma coisa muito interessante. Se os senhores olharem ali, a Abin não é uma instituição criada pontualmente. A lei que o próprio Congresso Nacional aprovou, que criou, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, institui, no seu art. 3º, a Abin como seu órgão central. Então, a Abin, quando trabalha para produzir coisas, é pelo sistema, com o sistema, utilizando as informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, do Ibama, do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda tem três órgãos que são do sistema, como o Coaf. Logo, não precisa investigar ninguém, porque a Abin, como órgão central imposto por lei, pode perguntar aos órgãos que têm, vamos dizer assim, a determinação legal de poder fazer. Por isso que contradizemos.

Aquilo ali é um memorando realmente aos 15 Estados que teriam os portos. Na verdade, é esse o problema.

Eu estou aqui para efetivamente – e a sua preocupação é lógica – ratificar que não há. Há uma imposição legal de que temos que trabalhar para o País. Então, os portos, naquela oportunidade, acenderam um problema, como



amanhã pode acender um problema nuclear, como amanhã pode acender um problema nos aeroportos, como amanhã pode acender um problema na fronteira. Os senhores mesmos estão vendo agora o problema dos haitianos na fronteira com o Acre. Há dois anos existe esse problema. Os senhores estão acompanhando. Quando os primeiros haitianos chegaram ao Acre em 2011, a Senhora Presidenta e outros como o Ministro Patriota ligaram para o Presidente do Peru, para o Presidente do Equador. Mandou-se uma força-tarefa, como agora, para ajudar o governador do Acre com providências. É esse o papel da Inteligência.

Então, uma situação nos portos do Brasil preocupa qualquer cidadão. Não é um problema absolutamente do Porto de Suape, não é de força sindical ou de movimento A ou de movimento B, dadas as consequências que pode haver. Nós analisamos o problema das estradas, o problema dos entupimentos que poderia haver, do estrago dos alimentos, o problema de liberação de carga e descarga, importação e exportação que seriam comprometidas. Inclusive, existem dados muito interessantes que eu mesmo desconhecia. Por exemplo, se um dia parasse o fluxo nos portos, seriam necessários 30 dias para recuperá-lo. Soube isso em conversas informais. Não sei se é uma imagem verdadeira. Mas o senhor imagine que, um dia em que os portos no Brasil parassem, o País levaria 30 dias para recuperar o seu fluxo. São coisas que preocupam qualquer cidadão.

Então, o senhor pode estar absolutamente certo de que podemos ter falhas, sim. Ninguém é perfeito, mas o foco legal jamais será desviado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Meu caro Presidente e colega Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; também nosso Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; também meu amigo, Deputado Roberto Santiago, Presidente da Comissão de Trabalho e Administração do Serviço Público da Câmara dos Deputados; nosso Ministro José Elito Carvalho Siqueira, da Presidência da República, tivemos a oportunidade, na semana passada, no Gabinete da Segurança Nacional da Presidência da República, com V. Ex^a, mais assessores, o Deputado Vanderlei Siraque, aqui presente, o Deputado Vanderlei Macris e o Deputado Colbert Martins, de receber uma verdadeira aula de informações nesse sentido.

Foi importante para nós, não só para esclarecer a dúvida quanto ao noticiário na imprensa sobre o monitoramento do Porto Suape. V. Ex^a foi muito claro e afirmativo de que não houve esse monitoramento; passou a nos informar, Deputado Nelson Pellegrino, o papel, o trabalho da Abin, que nada mais é do que buscar informações com quase 700 frentes de trabalho, cenários. O objetivo é informar o Executivo, o Governo, principalmente a Presidência da República dos acontecimentos e possíveis acontecimentos que poderão ocorrer.



Então, da minha parte, da Comissão, nos já tivemos essa participação na semana passada. Tomamos conhecimento desta audiência pública hoje e buscamos o entendimento para fazê-la conjunta.

Agradeço pela atenção de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O primeiro inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Nelson Pellegrino. Cumprimento o Ministro General José Elito Carvalho Siqueira; Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara; e, também, o Presidente da Abin, Sr. Wilson Roberto. Cumprimento, também, os Deputados aqui presentes e os Senadores, todos que nos honram aqui com as suas presenças.

Registro, em primeiro lugar, a importância da presença do General José Elito, Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional, aqui nesta Comissão, para prestar as informações, os esclarecimentos necessários.

Eu tive oportunidade, logo que saiu essa matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, de ligar para o Ministro e ouvir dele a negativa de que teria qualquer tipo de ação que ultrapassasse os limites da legalidade nessa questão. Tenho dito, desde o primeiro momento, que é muito importante esclarecer completamente esse episódio, para que não paire nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma, sobre as atividades da Abin.

Entendemos que, em um Estado democrático de direito, as atividades de informação e de Inteligência são importantes. Sobre algumas questões estratégicas, que têm impacto para o País, como a questão portuária, por exemplo, e outras relatadas aqui, é importante que autoridades tenham as informações adequadas para a tomada das decisões necessárias.

Agora, é muito importante esse controle do Senado Federal, esse controle social feito pelo Senado, feito pela imprensa e por todas as instituições da vida democrática – sabemos que, muitas vezes, há um limite tênue entre aquela que é a tarefa institucional e uma tarefa que poderia ultrapassar esses limites e significar, digamos, uma agressão à vida institucional.

É muito importante saber isso efetivamente – e aí eu fiz questão de manifestar –, Deputado Pellegrino e General José Elito. E reafirmo aqui mais uma vez, na condição de Líder do PSB, de membro da base de apoio à Presidenta Dilma, até por toda a trajetória da Presidenta Dilma e de todo o regime democrático que vivemos, que o sistema democrático que vivemos foi conquistado a partir da luta da nossa população. Acho que o País avançou muito, e há uma consciência hoje, generalizada no País da importância, do valor que é a democracia e de que as atividades da Abin estejam restritas a um ambiente legal e a um ambiente institucional.

Mas eu gostaria de, reiterando, pegar três ou quatro pontos dessas matérias para ouvir do Ministro a posição definitiva e oficial da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional a respeito desse episódio.



A primeira matéria de *O Estado de S. Paulo* se refere a uma equipe de infiltrados, de pessoas que estariam infiltradas no Porto de Suape, e a produção de relatório de Inteligência repassado ao General José Elito Carvalho Siqueira, que tem a atribuição de compartilhar informações sensíveis com a Presidência da República.

A minha pergunta é: em algum momento, houve infiltração de agentes da Abin no Porto de Suape para produzir informações para a agência?

A outra pergunta se refere à operação deflagrada em 3 de março, com uma equipe formada por Brasília, que percorreu os Estados – não apenas Pernambuco, mas outros – para uma ação de vigilância prévia. Essa ação incluiu, pela primeira vez, a utilização de um equipamento de filmagem israelense, que permite a transmissão em tempo real, em alta resolução, de imagens captadas nos portos e se refere, inclusive, a uma sala de situação em que essas informações estavam sendo concentradas. Se, efetivamente, isso aconteceu e se isso está dentro do trabalho normal, na visão do Ministro, a ser desempenhado pela Abin.

A segunda matéria se refere a uma informação ou fato de que a Abin teria solicitado a colaboração da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal, que, também, compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência, e a diretoria teria se recusado a participar da operação. Ou seja, se, efetivamente, houve a solicitação, se houve a recusa e, se a Diretoria de Inteligência da Polícia Federal faz parte do sistema de Inteligência, por que a negativa de participar da operação?

Por fim, as matérias acabam de, certa forma, insinuando que poderia haver monitoramento das ações dos movimentos de lideranças sindicais e até do Governador Eduardo Campos na sua relação com as lideranças sindicais, nas suas reuniões.

Eu fiz até questão de dizer, Deputado Paulinho, que o Governador Eduardo Campos tem-se manifestado sobre essa medida provisória dos portos de forma pública, de forma transparente, e conversado com as lideranças sindicais, marcando reunião no próprio palácio, de forma aberta. Sendo assim, parece-me que seria uma extrapolação inadmissível qualquer tipo de monitoramento de reuniões realizadas por lideranças sindicais e realizadas pelo Governador de Pernambuco.

Então, eu gostaria de, definitivamente, esclarecer todas essas questões, manifestando, mais uma vez, a minha confiança no Governo de que essas atividades da Abin estão restritas ao ambiente da institucionalidade democrática.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Agradeço a V. Ex^a mais uma vez, Senador, esta oportunidade de complementar informações. Vou tentar ser bastante direto, até porque serei muito claro, não fazendo conjecturas, até para dar tempo a outras perguntas que possa haver.

Sobre a equipe de infiltrados, como foi falado, isso é absolutamente falso.



Sobre equipamentos de vigilância israelenses, etc, a Abin ao possui equipamento de vigilância israelense e não foi feita operação em Porto de Suape. Então uma responde à outra.

A sala de integração – acho que o senhor ainda não tinha chegado – é aquela que mostrei ali. Ela é permanente já há cinco anos. Todos os dias, temos gente reunida ali, conversando sobre os problemas do País. Quando há uma atividade maior, ali, passamos a ter um 24 por 7, o que não precisa ter diariamente. Quando necessário, como vai ter agora a partir da semana que vem, já vamos fazer, como houve na Rio+20, como tem nas Ágatas, então isso acontece.

São aquelas duas imagens ali. Esta aqui e as salas que são anexas para o trabalho diuturno.

Nessa mesma sala, os senhores viram aquela imagem – pode colocar da Rio+20 – que foi adaptada para aquela semana. A Rio+20 era para ter sido três dias, mas ficou mais ou menos uma semana. Agora mesmo, a Operação Ágata, na fronteira, começa em maio, mas nós, desde esta semana, já começamos as operações integradas de Inteligência, com todos os órgãos – não a Abin, mas os órgãos que compõem o sistema. Então essa é a mesma sala, aquela mesma área lá. Essa é a do Rio de Janeiro. Então, na verdade, a sala não existe.

Sobre o problema de a Polícia Federal negar, eu desconheço completamente. Nós trabalhamos nos 26 Estados com a Polícia Federal. Agora mesmo, em Tapajós, também, e a cooperação deles é sempre excelente, porque eles são profissionais muito bons, e eu não me lembro, mesmo porque foi em todos os Estados da Federação. Então...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Se V. Exª me permite, essa informação do Senador Rodrigo Rollemberg está no jornal.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Está no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Haveria uma recusa por parte da superintendência local?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É, da Polícia Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF) – A matéria é de O Estado de S. Paulo, do dia 8 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Ele atribui essa informação...

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É, dentre as informações, tem essa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Disse que o aparato utilizado e o objetivo da missão provocou tensão dentro do próprio Governo entre os órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Acionada, a Diretoria de Inteligência da Polícia Federal, se recusou a participar da operação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Essa a informação que o jornal divulga está baseada em que fonte?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Senador...



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não sei. Isso é com o jornal. A minha fonte é o jornal. Por isso, eu fiz questão...

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Presidente Nelson, para complementar a informação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Por isso que eu fiz questão de fazer a pergunta para ouvir da autoridade maior do sistema, que é o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Com a palavra o Dr. Trezza, que é o diretor da Abin.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Muito obrigado, Deputado.

Sr. Senador, a Polícia Federal faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência. Eu não tenho aqui a relação de todas as pessoas que compareceram todos dias ao Centro de Inteligência Nacional, mas o fato de ela não estar em um determinado dia dentro do Centro de Inteligência Nacional não significa que não estivesse em todos os outros centros de Inteligência regionais que nós montamos. Não haveria problema nenhum em ela dizer “Eu não estarei aí em Brasília amanhã”. Não estou dizendo que aconteceu; estou dizendo que não tenho aqui a relação de todos os que estiveram lá.

Ela não se recusa; trabalha conosco permanentemente. Nós somos absolutamente integrados e com uma ótima relação com a Polícia. Não haveria motivo para se recusar a trabalhar. Mas, com certeza, nos outros centros de Inteligência, devemos ter uma presença de representantes da Polícia Federal. Agora, ainda que ela não estivesse lá, o importante era que ela estivesse colaborando conosco no intercâmbio de dados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO– Isso não deixou de ter.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Ministro, só para ficar claro, tanto para o Ministro como para o Dr. Trezza e para o Senador Rollemberg e para todos que estão aqui, o Senador fez uma pergunta objetiva. O jornal *O Estado de S. Paulo* – é evidente, não divulga a fonte – vem com informação de que houve uma recusa por parte...

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – E não houve.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Então, essa é a informação. Houve ou não houve essa recusa?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Não houve a recusa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Esse episódio aconteceu?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O fato que está divulgado no jornal é verdadeiro?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Não é verdadeiro. Apenas quis confirmar aqui

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom. Não houve a recusa da Polícia Federal para...



O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – A discussão é se o fato que está divulgado é verdadeiro ou não. É o que V. Ex^a quer saber.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Porque existe uma ação reconhecida que está ali, tem um documento, e nós estamos falando de uma ação nos estritos limites da legalidade.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É isso aí.

Eu poderia complementar as suas perguntas, se o senhor permite.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA –...porque o senhor ainda fez algumas outras considerações – isso estava relacionado também a Suape, também a Pernambuco –, e não houve nada disso.

Outra coisa: o senhor referenciou o Governador Eduardo Campos. Como falei a todos, desde 2011, fui, pessoalmente, a todos os governadores, eu e o meu secretário executivo, porque eram muitos Estados. Então, eu alternava com ele e com uma equipe.

Nessa reunião com o Sistema Brasileiro de Inteligência, lá, fui, pessoalmente, a todos os governadores para mostrar o que era, porque é na área dele. Ele é a mais alta autoridade do Estado, para, eticamente, ele saber o que tinha. Mostramos a eles todos os cenários, como tem em Pernambuco. São mais de 20 que se acompanham. O governador gostou muito da ideia, nos apoiou bastante, o seu secretário de segurança participa.

Quando aconteceu a notícia, liguei para ele, pessoalmente, imediatamente. Ele disse para mim textualmente, ao telefone: “General, se eu tivesse alguma dúvida, eu lhe diria agora. Não tenho dúvida”. E eu disse para ele: “O senhor pode estar certo de que tudo que falamos, em todo o território nacional, está sendo feito. E, se tiver falha de alguém em algum lugar, será corrigida, mas não houve.”. Ele disse: “Acredito.” E tal.

Isso no primeiro dia, assim que saiu a primeira. Eu liguei para ele. E, por uma coincidência, eu tinha falado com ele sobre o Sisbin dias antes porque fui lá pela Copa das Confederações. Isso porque é uma das cinco capitais que vão ter. Então, mais uma vez fui lá, e não precisava ter ido a ele porque já conhece. Mas como temos uma situação especial que vamos viver durante 15 dias em cada uma desses cinco cidades, eu fui ao Governador Sérgio Cabral, fui ao Governador Eduardo Campos, fui ao Governador do Ceará, nosso Cid Gomes; fomos, também, em Minas Gerais, ao Governador Anastasia, mostrando, porque isso é de interesse de todos.

A Copa das Confederações são 15 dias, meus senhores, mas nós vamos passar cerca de 45 dias, 24 horas no ar. Mais ou menos duas semanas antes e, mais ou menos uma semana depois, porque é assim que nós podemos tentar prevenir alguma coisa que possa acontecer no País.

Então, Senador, acho que consegui falar às suas indagações. O senhor pode estar certo disso, ratificando o que, inicialmente, já havia lhe falado de uma forma não detalhada, mas espero que, com isso, esclareça qualquer dúvida sobre o assunto.



O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Eu agradeço ao Ministro, mais uma vez, Presidente, e reafirmo a importância da presença de V. Exª aqui hoje...

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Claro, com grande prazer.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Exatamente para poder tranquilizar esta Comissão e dar todos os esclarecimentos necessários.

Quero dizer que fico satisfeito com as respostas de V. Exª.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O próximo inscrito é o Deputado Isaías Silvestre.

O SR. ISAÍAS SILVESTRE (PSB – MG) – Sr. Presidente da Comissão Mista de Controle de Inteligência da Câmara, Nelson Pellegrino; Senador Ricardo Ferraço, General e Ministro José Carvalho de Siqueira, Sr. Roberto Trezza, Sr. Edinho Bez, Presidente da Comissão de Controle da Casa, a Política Nacional de Inteligência é condição primordial para a segurança no Brasil.

O senhor é fruto de investimento da política de segurança nacional de Inteligência no Brasil. Eu me sinto contemplado com as explicações aqui dadas, porque o sistema de repressão ficou para trás e nós sentimos. Eu, como membro da Comissão de Trabalho, me sinto contemplado pelas explicações e pela maneira com a qual o senhor se dispôs a vir aqui como convidado desta Casa para nos tranquilizar sobre esse assunto que a imprensa publicou e nos pegou de surpresa, pela caminhada que nós temos no Brasil, de estabilidade, e o sistema que dá ao Brasil desenvolvimento passa pelos portos.

O senhor falou muito bem que um dia de paralisação de um porto dá uma repressão de 30 dias. Eu digo que é mais um pouco. A vida plena da Nação pode parar com uma atitude dessas.

Nós esperamos que esse não seja um convite constrangedor, mas seja um convite da democracia plena, que nós, aqui nesta Casa, exercemos. E nós queremos agradecer a sua visita aqui.

(Manifestação da plateia: “Vai chamar de...”.)

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Eu é que agradeço as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Ministro, por favor.

Eu quero manter a ordem aqui. Do contrário, nós vamos ter que cercear a presença. Então, têm aqui a palavra somente Senadores e Deputados, e eu faço questão de que a ordem seja mantida.

Pois não, Ministro.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Agradeço as suas palavras – muito obrigado – e estou à inteira disposição sempre.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Com a palavra, o Deputado Vanderley Siraque.



O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Sr. Presidente, Presidentes, Deputados, Senadores, General Elito, nós, da Comissão de Fiscalização e Controle, já tivemos a oportunidade de ver a apresentação. Inclusive levamos o Deputado que tinha feito o requerimento, o Macris, e, vimos... Eu só fiquei um pouco, Presidente, indignado, porque eu tinha visto no jornal... Para falar a verdade, General, até eu fiquei meio assustado. Pensei que, de fato, estava havendo alguma investigação que não é da nossa... Jamais iríamos admitir qualquer desvio legal.

Aí, depois, fomos até o Gabinete do Ministro-Chefe, que nos mostrou o documento inteiro, e, na verdade, o que a Abin estava fazendo era cumprir as suas obrigações institucionais, de rotina, e cumprindo a obrigação. Se não o fizesse, estaria prevaricando. É o contrário.

Aí, depois houve uma entrevista, e a imprensa, inclusive... Eu não estou falando da imprensa em geral, mas o órgão de imprensa, depois, não deu a devida explicação para a sociedade, porque, quando a gente fala de liberdade de imprensa... Eu vou morrer defendendo a liberdade de imprensa e de expressão; agora, o leitor tem o direito de receber a informação correta, até porque são fundamentais para a democracia os órgão de comunicação social. São essenciais para a democracia. Não existe democracia sem liberdade de imprensa.

Agora, toda vez em que uma informação é incorreta ou mentirosa para o leitor, inclusive nós que somos assinantes, isso gera uma incredulidade. A gente fica com descrédito...

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – Isso é ruim para a democracia também. Aí, a gente começa a ver que houve interesses políticos. Inclusive uma jornalista falou: “Você viu o documento?”. Eu falei: “Eu vi o documento”. “Tem cópia?”. Eu falei: “Não, você deve ter cópia, porque havia cópia”, ou a senhora – eu costumo chamar as pessoas de senhor, senhora.

Então, Deputado Nelson Pellegrino, eu não sei que interesses estavam por trás dessa publicação de determinado órgão de comunicação.

Agora, espera-se que dê a informação correta, a informação adequada, porque, como foi dito, não existe democracia sem liberdade de imprensa, e também não existe democracia sem informação correta para a população. Informação, aliás, é um pressuposto da democracia, a informação correta, a informação adequada; e também não há democracia sem que nós possamos ter segurança de Estado, no sentido de ter as informações corretas para as autoridades competentes.

Então, está de parabéns o General Elito e toda a sua equipe. Eu vim aqui para reafirmar a nossa posição lá da Comissão de Fiscalização e Controle.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Bom, muito obrigado mais uma vez. É um prazer tê-lo lá, e às ordens sempre.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT – SP) – E queríamos conhecer mais de perto.



O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Paulinho da Força, com a palavra.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Obrigado, Pellegrino, quero cumprimentá-lo, cumprimentar também o Edinho pelo convite e também o Roberto Santiago, o General Zé Elito, cumprimentando Wilson Roberto.

General, desculpe, mas eu vou ter de fazer umas perguntas diferentes dos companheiros do PT para o senhor, porque eu sou um dos que o senhor estava investigando. Sou o Presidente da Força Sindical e também estava comandando e continuo comandando 45 sindicatos da área do porto. E, normalmente, são portuários, estivadores e que, normalmente, comandam a greve. Comandou aquela greve de seis horas e poderia parar amanhã, mas nós, com a responsabilidade que temos, pedimos para suspender essa greve de amanhã, até porque estou num processo de acordo aqui.

Eu fico até preocupado com algumas conversas que alguns companheiros aqui falaram ao senhor. Primeiro, queria fazer uma pergunta, com todo o respeito, dizendo o seguinte: quanto eu ou esta Comissão podemos acreditar no senhor.

Por quê? No dia 4, quando o *Estado de S. Paulo* publicou a matéria, o senhor disse que não existia nenhuma investigação – está aqui. No dia 8, quando o jornal publicou um memorando, uma ordem de serviço da Abin, aí o senhor admitiu. No dia 4, o senhor chegou a chamar de reportagem irresponsável. Aí, no dia 8, quando apareceu esse boletim, aí o senhor admitiu.

Enfim, então dá a impressão de que o senhor só admite quando tem fato; quando não tem, o senhor vai continuar omitindo. Então, essa é a primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor.

Segundo, eu considero muito grave o que o senhor está fazendo, que é investigar o movimento sindical. Isso está proibido pela Convenção nº 87 da OIT. Isso é uma coisa grave, principalmente no Governo do PT, da Presidente Dilma, que foi perseguida e presa na ditadura. Se isso é verdade, e como disseram aqui alguns companheiros, obrigação da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional – obrigação e rotineira –, eu sou obrigado a denunciar o Brasil na OIT, porque nós não vamos admitir, embora nós saibamos que somos investigados. Mas, nesse caso, vocês foram pegos. É oficial. Foram pegos, porque o jornal pegou um boletim que vocês tinham divulgado, e, até por problemas internos, alguém vazou isso, porque não fomos nós que vazamos. Então, isso é muito grave.

Greve em porto é uma greve normal, como se fosse em qualquer outro lugar, porque porto não é serviço essencial. Portanto, pode-se paralisar porto sim, senhor. E o que não pode é a Abin montar um sistema parecido com o que montou para investigar, e aí sim, a questão da Rio+20. Aí, é outro problema. Agora, porto tem trabalhador lá, e tem que ser respeitado.

Essa coisa da câmara israelense é grave também. O senhor disse que não tem – vamos acreditar.



Agora, esse boletim é irregular. O senhor sabe que ele é irregular, porque eu estou aqui com a legislação que criou a Abin, e não existe sigiloso. Sigiloso é um meio de esconder das pessoas que pedirem lá. O que pode haver lá é secreto, ultrassecreto e outras coisas mais, mas sigiloso é que, se qualquer cidadão pedir, não vai ter acesso. Então, era uma ação secreta.

Segundo, o senhor disse também o seguinte: “Tudo aqui a gente faz é pela Presidenta.” Queria saber o seguinte: a Presidenta mandando investigar o movimento sindical? Porque, se estiver, aí é grave. Está certo? Porque o senhor é quem disse isso. Na sua entrevista.

Além disso, eu queria dizer o seguinte: nós tivemos uma série de ações. O senhor mandou, segundo o boletim, investigar exclusivamente a Força Sindical, e cita a CUT, dizendo que a CUT poderia ter uma posição. Eu tenho tido posição aqui no Parlamento muito dura com relação à Presidente Dilma naquelas questões trabalhistas. Meu Partido é da Base do Governo. Eu tenho votado com o Governo nas questões que interessam ao Governo. Agora, quando é questão trabalhista, não há acordo comigo: ou o Governo cumpre o que se comprometeu com os trabalhadores, ou eu vou votar contra o Governo. Faz parte; eu sou sindicalista e estou aqui Deputado.

No caso dos portos, nós tivemos a oportunidade de conversar com o Governo, pelo menos umas duas vezes antes, e o Governo não cedia em nada. A greve não foi por intransigência dos trabalhadores; foi uma intransigência da Gleisi, exclusivamente da Gleisi. E os problemas que nós estamos tendo e vamos ter ainda na medida provisória são dela. Aí, em vez de o Governo ceder, o Governo vem para cima do movimento sindical, com aparelhagem, com a montagem desse sistema todo. Até reunião que eu tive com o Governador foi monitorada; ou seja, isso é muito grave.

Então, se o senhor considerar rotineira essa história do movimento sindical, eu não tenho a menor dúvida: semana que vem, eu vou, pessoalmente, à OIT denunciar o Brasil por violação dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

Espero que as suas palavras não sejam as mesmas que saíram nesse jornal, em que, em um dia o senhor falou uma coisa, e, no outro dia, o senhor falou outra. Caso contrário, a gente está num problema grave aqui para ser resolvido.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito bem. Agradeço até mais uma vez a oportunidade. Eu não sei se o senhor chegou desde o início...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Eu queria... Desculpa, mas eu tive... Nós estávamos ali na Comissão de Esportes, que fica do outro lado.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É, eu sei que há outras...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – E fizemos um acordo lá, inclusive, de ler o relatório hoje – o Edinho estava me perguntando –,



discutir na terça e votar na quarta. Então, até por isso, eu me atrasei, mas peço desculpas, porque eu gostaria de ter acompanhado desde o começo.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – É por isso que eu estou perguntando, porque, na verdade, nós explicamos boa parte dos seus questionamentos, com razão. E eu tenho certeza de que fui bastante claro, mas creio que o senhor não estava na hora em que falei sobre isso.

E o primeiro questionamento é muito importante, porque o senhor fala que eu disse uma coisa e depois disse outra – e não é verdade. Nós tivemos duas notícias completamente distintas uma da outra. Uma, com cinco dias de diferença da outra. Quando a primeira notícia, que está nos jornais, inclusive, eu posso até projetar – essa eu não projetei, porque era se houvesse uma pergunta. Mas, sim, está lá. Essa foi a primeira notícia.

E o senhor mesmo colocou isto: o Planalto manda. Isso é um absurdo! E o senhor mesmo fez referências à Presidenta Dilma. Ela jamais faria qualquer coisa nesse sentido, e nós jamais vamos acompanhar situações individuais.

Eu falei aqui a todos – e o senhor ainda não estava – que nós acompanhamos os temas. Então, quando nós acompanhamos o tema portos, já que o senhor fez todo o... Em portos, a gente acompanha o movimento da safra, acompanha os engarrafamentos nas estradas, nas ferrovias, nas rodovias; acompanha o problema da saúde com a Anvisa, se está tendo fluxo; o problema da exportação, da importação. Isso é Inteligência de Estado.

Então, na verdade, o problema sindical não é um problema absolutamente de Inteligência de Estado. Ele pode até entrar no contexto de nação, como qualquer lugar, e é uma coisa legal. O movimento sindical é uma coisa legal, absolutamente legal. Então, não há. Não houve mentira.

Houve mentira naquela reportagem. Quando, cinco dias depois, saiu o documento a que o senhor se refere, no documento também eu não me contradigo em nada. Na verdade, ali, é um documento, e vou até lhe mostrar uma coisa que o senhor talvez não saiba. Por favor, mostre-me a Lei de Acesso à Informação, art. 22. Isso são documentos, são coisas que eu trouxe, apenas para dizer ao senhor. A Lei de Acesso à Informação – e eu sou um dos responsáveis por ela, porque a classificação sigilosa é responsabilidade do GSI – diz o seguinte: “Art. 2 – O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de Justiça, nem as hipóteses de segredo industrial...”

Há dezenas de leis que a Lei de Acesso, corretamente, não anulou: A Lei das Licitações, a Lei dos Dados Pessoais, a Lei de Sigilo Fiscal... Há várias – eu me esqueci agora... E a Lei da Abin. É o que eu estava dizendo das licitações. Enquanto as licitações não são abertas, todos os documentos que estão nos processos – está ali o segredo industrial, etc –, nenhum deles é reservado, nem é secreto. São documentos que as pessoas podem colocar como pessoais, sigilosos, controlados, porque não são documentos ainda classificados, mas são documentos amparados na lei.



Então, aquela expressão “sigiloso” lá em cima, se ela realmente pode ter dado essa até correta impressão, mas, primeiro, aquilo é um documento interno; não é um documento de Inteligência onde se produziu Inteligência.

Eu falei também, Deputado, sobre aquele primeiro item. Quando falamos da Força Sindical e mesmo da CUT, como o senhor mesmo se referiu, aquilo ali – eu já havia destacado aqui e vou reforçar – não é Inteligência, mas notícias de todos os jornais do Brasil que diziam que uma semana depois poderia haver greve, etc, que a Força Sindical poderia isso, que a CUT poderia aquilo... Então, ali não tinha nenhum trabalho de Inteligência. Aquilo era uma coletânea de informações.

Os pedidos – se podemos dizer assim – circular todos... Não era Suape... Inclusive, aqui afirmei que, dos 21 portos, os quatro que eram prioritários e que podiam dar problemas maiores eram: Paranaguá, que o senhor conhece melhor que eu; Santos, Itaguaí e Rio de Janeiro. Não havia nenhuma... E nesse próprio documento a que o senhor fez referência, não há nenhuma expressão sobre o Porto de Suape ou qualquer outra referência àquela região.

Então, isso é muito importante falar, pois o senhor não estava aqui. Não houve... Não me contradisse não.

E, quanto à segunda nota, respondida também, foi mais ou menos nesse sentido ali. Mostrava que o documento era um memorando, uma circular, mandado a 15 Estados. Eu tenho aí até a cópia da resposta. Não sei se está aí. Está aí a cópia da resposta, da segunda, por favor? A segunda.

É esta aqui:

Em relação à notícia veiculada hoje no ‘Estado de S. Paulo’ sobre o documento que confirma ação de Abin, o documento apresentado à reportagem de rotina, circular, foi enviado, simultaneamente, para a superintendência de 15 Estados e mostra o procedimento normal de uma Inteligência de Estado. A Abin não faz operações para vigiar movimentos sindicais.

Isso está escrito, textualmente, em nossa resposta. Não há no documento referência à montagem de qualquer operação no Porto de Suape ou operação...

Meus senhores, acompanhar os temas institucionais deste País não é operação nesse sentido que foi dado aos jornais. Acompanhar, hoje nós estamos acompanhando todos os cenários, da mesma forma; amanhã, também! Não há problema algum. Inclusive, falei aqui antes que acompanhamos cenários em que há dez anos não acontece nada. E é isso mesmo, porque são cenários fundamentais do País. Então, não há, realmente.

Então, segundo a audiência concedida... Eu falei a esses dois jornalistas lá, foram apresentados documentos... Eu apresentei, inclusive, outros memorandos sobre hidrelétricas, sobre seca, sobre chuvas, sobre sistema de transmissão. Mostrei a eles... Inclusive, aquele que foi divulgado é o 22... Pode ter



mais; não tem problema nenhum. É coisa circular interna da Inteligência de um sistema.

Os governadores têm ciência da atuação do sistema em seus Estados, o qual cumprem suas atribuições com rigorosa observância da lei dentro dos princípios do Estado democrático de direito.

Desde a criação da lei, que foi o que sempre aqui conduzi. Eu até talvez possa, se o senhor não viu, colocar o *slide* dos arts. 1º e 2º da Lei. Essa foi a resposta.

E, por favor, mostre-me o art. 1º e o art. 2º. Peço desculpas, mas é mais porque o Deputado não esteve aqui no início. Aqui, por favor.

Então, Deputado, aí eu coloquei só três artigos. A lei tem 15 artigos. Então, está aí o primeiro artigo. Essa lei passou três anos, como falei, aqui no Congresso Nacional para ser aprovada.

Então, está aqui:

O sistema é uma imposição de lei, e a finalidade do sistema é planejar e executar atividades de Inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente em assuntos de interesse nacional.

E fala também do Poder Executivo, ou seja, todos os órgãos. Então, está lá: obtenção, análise e disseminação. Não, repito, de pessoas ou fatos isolados e, sim, de temas institucionais. E portos é um tema institucional em qualquer situação.

O art. 3º diz que fica criada a Abin... Isso é muito rápido, só para o senhor saber... Só para destacar, melhor dizendo, pois saber a lei o senhor sabe – é claro. Mas é no sentido de destacar.

E o art. 4º é o que está aqui: “Cabe à Abin planejar e executar ações, inclusive sigilosas, para a produção de conhecimentos...” Mas não de conhecimento, repito, de situações pontuais ou de pessoas, ou indivíduos... Isso não é problema de uma Inteligência de Estado.

Agora, avaliar as ameaças à ordem institucional e constitucional, claro! Mas sempre com o objetivo maior de ter informações oportunas para evitar uma situação caótica ou institucional negativa no País.

Então, se eu posso ratificar – não sei se deixei de responder alguma coisa aqui ao senhor. –, o documento realmente não é irregular. É um documento de rotina, um memorando. Mostrei ali aquele artigo para que o senhor saiba que a Lei de Acesso permite isso. Nós temos documentos em que botamos “pessoal”. Isso em todas as instituições. Cada instituição tem suas regras.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O senhor me permite também?

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Claro!



O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O Deputado Paulinho não estava aqui no início da exposição. Quando o senhor faz um reporte de aquilo é parte do memorando? É apenas o que está noticiado na imprensa. A missão é a que está na segunda parte do memorando. Isso é importante.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Exatamente. Isso é muito importante.

Mas isso eu acho que já destaquei ao senhor. E, mais uma vez, como falei a todos – e já nos conhecemos também em outras oportunidades –, todo nosso trabalho e nossa função é exclusivamente, como até é o próprio nome do gabinete, do ministério, ele é absolutamente institucional. Se não o fosse, eu não estaria ali.

Então, minha experiência de 47 anos no Exército me permite saber absolutamente... Quando alguém aqui falou da linha tênue – e é verdade essa linha –, mas eu a sei de forma muito clara, porque aprendi isso e sempre estive no estrito cumprimento da lei, em situações reais e não.

Então, estive também no Haiti, onde tínhamos uma situação clara de instabilidade a todo momento, porque não era ainda um Estado democrático de direito. Fiquei lá seis meses com uma força de paz, ainda com governo provisório, participei da eleição do Presidente e cooperei na eleição, quando protegemos 800 pontos de votação, simultaneamente, para que o Presidente Préval pudesse assumir – e assumiu.

Então, os senhores podem estar certos de que não é o Ministro. O Ministério, o Gabinete de Segurança Institucional, ele trabalha estritamente dentro de seu nome.

A Abin está subordinada a mim que sou coordenador da Inteligência Federal, e ela tem uma lei que impõe a si mesma o seu procedimento – e exclusivamente a lei.

Então, fazemos isso. Podemos errar, como aqui falei. E, quando errar, vamos na carne cortar o erro, porque não podemos trabalhar com erros. Se houver, cortaremos.

Inclusive, posso até dar exemplo do ano passado, e os senhores viram isso na imprensa. Um servidor da Abin acessou senhas de servidores dentro da própria instituição. Pela ação da própria Abin, ela chegou ao erro e deu ordem de prisão a esse servidor com a Polícia Federal presente, porque só a Polícia Federal pode prender. A Polícia Federal o prendeu imediatamente, resgatou todos os seus materiais. Esse servidor esteve preso e está respondendo a processo administrativo e a processo criminal. O processo administrativo foi concluído. Ele foi demitido do serviço público em dezembro, proibido de fazer qualquer concurso público em Território nacional e está aguardando a condenação pelo Ministério da Justiça.

Não temos melindre algum. Da mesma forma, como temos de reconhecer que a Agência tem competentes recursos humanos. Competentes. Tem mais de 500 oficiais de Inteligência, formados. Eles estão, sistematicamente, com a orientação do Dr. Trezza e nossa, fazendo um trabalho institucional. Essa



plataforma de trabalho que o senhor viu, dos seis temas institucionais – na área internacional, na área ambiental, na área da saúde, na área da estrutura estratégica, na área da sociedade, na área da segurança pública – do Oiapoque ao Chuí, todos estão com os mesmos temas, sistemática e diuturnamente ligados, procurando coletar informações para poder subsidiar os órgãos decisores.

Esse é o trabalho do sistema.

E a Abin, como órgão central imposto na lei, tem essa obrigação. E ela tem realmente um recurso humano adequado para fazer.

Então, esse fato isolado foi... Está ali a estrutura que acabei de referenciar... Espero que realmente todas essas distorções havidas sirvam para nós como ensinamento. Mas os senhores podem estar absolutamente certos de que atuamos exclusivamente sob a lei.

Talvez, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O último inscrito é o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Desculpem-me. Eu achei que ele seria... Perdoe-me.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sr. Presidente; General Elito, eu fiquei aqui bastante preocupado com as afirmações do Deputado Paulinho, porque são afirmações graves, graves e que apontam para uma posição e uma atuação completamente estranha à legalidade por parte da Abin.

Nós vivemos já um processo no País, quando o então SNI era um órgão de Inteligência que atuava coordenadamente com órgãos de repressão, como o Departamento de Operações Internas, o DOI; com as Delegacias de Ordem Política e Social, que era o DOPS; e o Senimar, que era o Serviço de Informações de Operações da Marinha, e tantas outras agências que exerciam atividades de infiltração, inclusive. Então, havia infiltração em assembleias de trabalhadores, com a presença de agentes desses órgãos nas assembleias de trabalhadores. E houve até mesmo um caso mais notório, o do famoso Cabo Anselmo, que chegou a se infiltrar no comando de uma associação e no comando de uma organização de esquerda. E, a partir daí, não só se infiltrou e trouxe informações, como atuou na direção dessa entidade.

Então, isso nos preocupa muito, porque parece, assim, pela descrição do Deputado Paulinho, que estamos vivendo, ou prestes a viver, um momento como esse. Preocupa-me muito, porque eu aqui sou um defensor do Governo, até mesmo porque acredito nas convicções democráticas deste Governo e na forma de atuar democrática deste Governo. Então, eu não posso continuar a apoiar um Governo que traia essas convicções que tanto defendo e que são a razão de ser até do meu mandato.

Então, eu gostaria de fazer perguntas objetivas ao senhor. Em primeiro lugar: se a Abin determinou – executou ou determinou ou solicitou – a algum outro órgão que fizesse interceptações telefônicas de sindicalistas?



Segunda questão: se a Abin, por ela própria, por intermédio de seus funcionários ou por intermédio de algum outro órgão, determinou infiltração de agentes em assembleias de trabalhadores?

Quero saber se existe alguma ação dessa – ou da própria Abin ou através da Abin – para que houvesse essa situação, porque me parece muito grave. Eu julgo que o senhor aqui é o representante de uma agência de Inteligência e não de um comando de operações.

Então, eu gostaria de saber a resposta a essas perguntas, objetivamente. Já está naquele ofício, mas o ofício que o senhor nos mostrou é assinado pelo assessor de comunicação da Abin. Eu gostaria de saber do senhor, que é o responsável.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Antes de ele responder, é bom lembrar que você tem em casa um exemplo de... Seu pai até hoje sofre os efeitos da ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Ministro, por favor.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Sua preocupação também não foi diferente da nossa ao ouvir as informações. Como falei anteriormente, se alguém tem de fazer aqui alguma coisa de ordem investigativa, criminal, o que seja, esse assunto não faz parte dessa reunião. Os órgãos competentes para isso... Eu fiz essa colocação e faço questão de destacá-la de novo: o Sistema de Inteligência não altera as competências legais de outros órgãos de Inteligência. Então, o que a Polícia Federal faz, o que a Polícia Rodoviária Federal faz, o que a Secretaria Nacional de Segurança Pública faz, o que o Exército faz, o que a Marinha faz, o que o Ministério de Defesa faz, o que o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), do Ministério da Fazenda faz, o que a Secretaria... Há um outro órgão, também do Ministério da Fazenda, além do Coaf. O Coaf é o que tem estrutura de Inteligência. Ou seja, o que essas estruturas de Inteligência...

Há mais um detalhe, um parêntese. A grande maioria dos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência não tem estrutura de Inteligência... Faltou destacar isso a todos os senhores. Dos 15 ministérios, talvez mais de dez não o tenham. Eles estão no sistema não por causa de estrutura de Inteligência. Eles estão no sistema pela importância de seus temas, como eu falei aqui do Ministério da Saúde.

Os senhores lembram que houve uma possível greve da Anvisa no ano passado? Lembram que seria possível ter?

Nós acompanhamos aquilo com muita preocupação. A Anvisa para o País, porque só podem entrar cargas pelos portos e aeroportos com a autenticação da Anvisa. Está certo? Então, entre outras razões, o Ministério da Saúde é do sistema, porque suas informações, ou seu trabalho, ou sua missão, ou sua competência, tudo isso é absolutamente estratégico para o País.



Então, este é um detalhe interessante: o sistema não é constituído de sistemas de Inteligência. O sistema, na sua grande maioria, são órgãos que não têm estrutura de Inteligência, mas participam da Inteligência de Estado do País.

Então, isso é muito importante.

E não há absolutamente nenhuma interferência do sistema, trabalhando como sistema, nos trabalhos específicos dos órgãos. O que a Polícia Federal faz, ela continua fazendo. O que o Exército faz, continua fazendo. Agora, ele sabe que temos centenas de temas que interessam ao sistema, por lei, acompanhar, avaliar e assessorar, com oportunidade – à Presidência e aos órgãos decisores. E é isso o que fazemos.

Então, eu ligo ao Ministro Patriota, ligo para o ministro A, ligo para o ministro B, conversamos com o C, para, justamente, ir precedendo, prevenindo qualquer situação.

Portanto, suas duas perguntas, sem nenhuma outra consideração, são absolutamente falsas. Eu espero que tenha sido bastante claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Bom. Não há mais nenhum Parlamentar...

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Parece que o Diretor queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O Dr. Trezza quer falar? (*Pausa.*)

Eu vou abrir ainda para as considerações finais tanto para V. Ex^a como para o Dr. Trezza. É só para dar a informação de que não há nenhum Parlamentar inscrito.

Portanto, vou passar a palavra ao Dr. Trezza e, depois, ao Ministro para fazer suas considerações finais.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Eu acho que o Ministro Elito já elucidou e tocou nos pontos fundamentais do que era objeto de interesse desta Comissão. Mas eu gostaria de fazer um comentário. E não vou fazer palestra para os senhores nem propaganda da Inteligência.

Nós nos consideremos uma instituição de Estado à disposição do Governo. Nós cultivamos um procedimento na Abin, nesses 13 anos ou mais de existência. E, mais do que cultivar um procedimento, nós temos como valor institucional sermos apolíticos e apartidários. Eu nunca recebi uma solicitação para nenhuma atividade que atendesse a algum interesse político ou partidário e, se recebesse, não a aceitaria.

Eu nunca fiz solicitação de interceptação telefônica ou de escuta ambiental e nunca autorizei um servidor da Abin que o fizesse em nome da Agência. Eu posso lhe garantir que isso não aconteceu.

Um profissional de Inteligência, um oficial de Inteligência que trata de determinado tema, ele tem obrigação profissional de conhecer a fundo o máximo possível, de reunir todas as informações possíveis a respeito desse tema. Quando nós falamos da questão de portos, certamente, um oficial de Inteligência da Abin



conhece sua pessoa e conhece a organização que o senhor representa, a Força Sindical, porque é da natureza do trabalho dele. Para bem orientar e para bem informar, ele precisa ter esse conhecimento, mas ele jamais fez uma escuta ou um acompanhamento sobre sua pessoa, ou sobre a sua organização, mas ele precisa conhecê-lo. Além disso, o senhor não é qualquer sindicalista; o senhor é uma pessoa que tem uma projeção no meio sindical. Então, ele o conhece, mas ele nunca, jamais, fez uma escuta telefônica ou uma interceptação nas suas comunicações, nem acompanhou as suas reuniões.

Então, eu gostaria de deixar bastante claro isto: que nós temos como um valor institucional sermos apolíticos e apartidários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Com a palavra o Ministro José Elito.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Bom, eu tenho a impressão de que já falamos bastante. Se posso concluir, eu reitero, mais uma vez, o convite para que os senhores conheçam a Agência Brasileira de Inteligência, que é um órgão do Estado para o Estado. Acho que é uma oportunidade muito interessante.

Gostaria de destacar, até corroborando aqui com o que o Trezza também falou, que o que nos orgulha bastante e nos motiva é que, da mesma forma como o Sr. Senador falou que não temos ainda uma Política Nacional de Inteligência e que está pronta desde o governo Lula – vamos ver se a temos agora promulgada –, é muito importante que não possamos realmente prescindir, justamente no Estado democrático de direito, de uma Inteligência de Estado. Isso é fundamental.

A Inteligência de Estado vai contra todas as discussões aqui que foram colocadas. Ela é justamente para prevenir e evitar situações não institucionais no País. Ela só soma. Por isso, há essa representatividade, de tantos ministérios, de tantos órgãos, e todos trabalhando de forma sistêmica. Este é o grande esforço do Gabinete: fazer com que todos trabalhem para um bem comum do País, e esse é o grande desafio diário de todos nós. Estamos fazendo isso já há alguns anos, mas não é da noite para o dia que essa cultura fica impregnada e fica absolutamente uma peça de Estado, à disposição dos seus governantes.

Então, eu agradeço, mais uma vez, ao nosso Deputado Pellegrino, por essa oportunidade. Os senhores podem estar certos de que estamos à inteira disposição para falar de Inteligência de Estado, à hora que os senhores quiserem, porque isso é obrigação de todo cidadão, conhecer e até ajudar. É muito importante, meus senhores, que haja essa participação.

Por exemplo, o Ministério da Agricultura é do Sistema de Inteligência. Ele não tem estrutura de Inteligência, mas o Ministério da Agricultura tem representação em mais de cinco mil Municípios deste País. Ele tem observações em determinados Municípios que nem as Forças Armadas têm, porque não têm a capilaridade. Eu não sabia. O Ministério da Agricultura tem uma



capilaridade no território nacional fantástica, e as informações dele são fundamentais.

Nós estamos tendo agora um problema de uma lavra, lá no oeste da Bahia. Se aquilo se propagar para o Brasil, será um grande problema. Então, eu conversei com o Ministro da Agricultura, e ele me deu a informação. Estamos coletando as informações, tentando ajudar de alguma forma. É esse o trabalho da Inteligência do Estado.

A seca – estou vendo o senhor, como sergipano aqui também – é um problema seriíssimo. Já estavam a Presidenta e os Ministros reunidos em Fortaleza, 15 dias atrás, tentando já tomar providências, porque pode ser que a seca emende na outra seca. Se não chover agora em abril ou maio, vamos ter outra seca encostando na seca do ano passado, que já foi a pior de 40 anos.

Ou seja, este é o trabalho da Inteligência de Estado: a preocupação para evitar que esse gigante que todos nós adoramos não tenha um problema que vá atrapalhar a sua rota crescente de desenvolvimento.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade, Deputado, senhores presidentes, Srs. Deputados. Estou à inteira disposição a qualquer tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Eu queria agradecer ao Ministro Elito a sua presença e a sua colaboração; ao Dr. Trezza; aos colegas Roberto Santiago e Edinho Bez, que tiveram a gentileza de entender que o *locus* para essa discussão é a Comissão Mista do Congresso, e fizeram uma colaboração das suas Comissões.

Acredito que o Ministro foi elucidativo, pelos fatos aqui perguntados. Penso que suas explicações corresponderam às expectativas de todos os parlamentares.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 37

CCAI (2ª Reunião)

17/04/2013

Documentos pertinentes a 2ª Reunião:

- 01. Lista de Presença dos membros (1 fl.);
- 02. Lista de Presença dos não membros (2 fl.).



SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Então, agradeço a sua presença, convido-o a estar sempre na nossa Comissão, inclusive interagindo, para que possamos contribuir para a formação de uma Política de Inteligência no Brasil, um Estado democrático em que o setor de Inteligência é fundamental para balizar a soberania e as ações de Estado, mas que também, no Estado democrático, o papel do Parlamento é fazer monitorar permanentemente essa atividade.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a reunião, cumpridos os seus objetivos.

(Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 20 minutos.)